



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

## INDICAÇÃO Nº 2507/2022

Indica a criação do “Prêmio Drº Laphayetti Alves – Profissional Jurídico do Ano”.

Apresentamos, sempre muito respeitosamente, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito Municipal, a presente Indicação para que se digne na criação do “Prêmio Drº Laphayetti Alves – Profissional Jurídico do Ano”.

Como justificativa, a criação do “Prêmio Drº Laphayetti Alves – Profissional Jurídico do Ano” homenageará a memória do Excelentíssimo Senhor Doutor Laphayetti Alves (por conseguinte, sua honrosa família) e mulheres e homens que tenham se destacado profissionalmente e/ou prestado relevantes trabalhos na área jurídica.

Como adendo à presente justificativa, “in verbis”:

À luz da mitologia grega, a deusa Têmis era a personificação da Justiça, e, por conseguinte, garantia a Lei, a Ordem e a preservação da paz. Têmis possuía olhar austero, já que representada sem vendas, e possuía nas mãos uma balança. Entrementes, na mitologia romana, a Justiça passou a ser representada com os olhos vendados (imparcialidade), segurando a balança (equilíbrio) e a espada (fortaleza).

A Constituição Federal de 1988, uma marco na Democracia Brasileira, leciona em seu Art. 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...)”.

Seguem 78 incisos no Art. 5º, consubstanciando garantias e direitos individuais como a igualdade entre mulheres e homens; a legalidade; o livre exercício de qualquer trabalho, ; a inviolabilidade de domicílio, o direito de herança; o direito de reunião; o direito à locomoção no território nacional, traz insculpido em seu bojo remédios constitucionais consagrados como o Habeas Corpus e o Mandado de Segurança.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 traz como integrantes do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, O Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais e Juízes dos Estados e Do Distrito Federal e Territórios, e também trata dos integrantes do Ministério Público, das carreiras dos Procuradores, Advogados.

PROTÓCOLO 4309/2022 - 28/04/2022 12:10



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Em sendo o Supremo Tribunal Federal (STF) chamado de o “Guardião da Constituição”, temos que todos os chamados Operadores do Direito se desdobram cotidianamente para garantir a prestação jurisdicional plena, o devido processo legal, que o “bem jurídico da vida” seja entregue à quem de direito. Esse arcabouço jurídico magnânimo, que almeja a Justiça Social é garantido pelos profissionais jurídicos do país.

Diante do exposto acima consideramos relevante mobilizar a sociedade de Araraquara para não somente um prêmio, mas para uma discussão qualificada sobre a importância da instituição do “Prêmio Drº Laphayetti Alves – Profissional Jurídico do Ano”, o que se roga.

### MINIBIOGRAFIA LAPHAYETTI ALVES ARARAQUARA 2021

Nascido em Pitangueiras-SP no dia 6 de maio de 1932. Filho de **RAPHAEL ALVES** e **JÚLIA MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES**. Começou a trabalhar como engraxate com 7 anos de idade, época que iniciou seus estudos no 1º grau; trabalhou com balconista de bar e na adolescência ingressou na Estrada de Ferro Araraquara (EFA) como caldeireiro, profissão que exerceu até ser promovido para trabalhar nas atividades administrativas dessa empresa já com 38 anos de idade. Com essa idade ingressou em 1970 no Curso de Direito da Federação das Faculdades Isoladas de Araraquara (FEFIARA), hoje Universidade de Araraquara (UNIARA). Concluiu o curso de Direito em 1973 e advogou nos dois anos posteriores à formatura. Como não possuía um espírito empreendedor e sua timidez dificultava o recebimento dos honorários, passou a estudar, objetivando ingressar numa carreira pública. Em 1975 foi aprovado em concurso público para auditor fiscal do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, assumindo tal função na Subdelegacia Regional do Trabalho de Araraquara, aos 14 de abril de 1976. Três anos mais tarde foi promovido por merecimento ao cargo de Chefe do Posto de Trabalho de Ibitinga, órgão vinculado à Subdelegacia do Trabalho de Araraquara. Nesse local atuou durante seis anos. Posteriormente e, novamente por merecimento, foi nomeado Subdelegado do Trabalho para trabalhar em Barretos onde permaneceu por quatro anos. A dedicação na execução de suas tarefas dentro da Subdelegacia da *Terra do Peão* foi tamanha no que diz respeito à defesa dos trabalhadores que, ao noticiar a sua aposentadoria, foi homenageado por sindicatos de diversas categorias da região. No cumprimento do seu *múnus* público, sempre agiu com honestidade e dentro de preceitos legais, buscando **justiça** para o trabalhador hipossuficiente. Aposentou-se em 1989 com quarenta e três anos de contribuição. Após a aposentadoria no serviço público voltou a se dedicar à advocacia, atuando em causas trabalhistas, penais, cíveis e previdenciárias. Neste período atuou na assistência jurídica gratuita da OAB em Araraquara. No período foi Secretário da Diretoria Executiva da 5ª Subseção da OAB do Estado de São Paulo em Araraquara no triênio 1995-1997 na primeira gestão do Presidente Dr. Roberto José Fiori. Faleceu em 18 de março em 2016, vítima de câncer hepático.

PROTÓCOLO 4309/2022 - 28/04/2022 12:10



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Entendemos que referido profissional, qual seja o Drº Lafhayetti Alves, por sua trajetória profissional, lhaneza, probidade e ética que demonstrou em todos os anos de atividade jurídica, transcende a importância do prêmio em cotejo.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 28 de abril de 2022.

JOÃO CLEMENTE

PROTÓCOLO 4309/2022 - 28/04/2022 12:10